

LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO E ENSINO DE LITERATURA: contribuições para a formação de leitores literários

Raquel do Rosario Silva
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em
Cognição e Linguagem*
E-mail: raqueldorsilva@gmail.com

Camila do Rosario Silva Barreto
*Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e
Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro*
E-mail: camiladorosariosb@gmail.com

Gabriela do Rosario Silva
*Professora associada da Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro*
E-mail: gabriela.silva@uenf.br

Shirlena Campos de Souza Amaral
*Professora associada da Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro*
E-mail: shirlena@uenf.br

Resumo

A Lei 10.639/03 determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas públicas e privadas de educação básica, especialmente nos componentes curriculares de Arte, Literatura e História. Entretanto, sua efetiva implementação ainda enfrenta inúmeros desafios, como a escassez de docentes com formação específica, a ausência de políticas consistentes de formação continuada e a carência de materiais didáticos atualizados e representativos. Nesse contexto, o presente trabalho propõe reflexões sobre a relevância do Letramento Racial Crítico no ensino de Língua Portuguesa, em especial no trabalho com a Literatura, como estratégia fundamental para a construção de práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, ancora-se em referenciais teóricos como: Ferreira (2014), Freire (2005), Candido (2004), Nogueira (2006), Leite (2014), Cedraz (2019) e Santos (2019), além das normativas legais que regulamentam a temática. A investigação busca contribuir para a valorização das identidades negras, fortalecimento da autoestima e da autoconfiança dos estudantes, e para a desconstrução de preconceitos no espaço escolar, ampliando o horizonte de formação de leitores críticos, capazes de intervir em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Letramento Racial Crítico, Educação Antirracista, Formação de Leitores.

Abstract

Law 10.639/03 establishes the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in all public and private basic education schools, especially within the curricular components of Arts, Literature, and History. However, its effective implementation still faces numerous challenges, such as the shortage of teachers with specific training, the absence of consistent continuing education policies, and the lack of updated and representative teaching materials. In this context, the present study proposes reflections on the relevance of Critical Racial Literacy in the teaching of Portuguese Language, particularly through Literature, as a fundamental strategy for building antiracist pedagogical practices. This qualitative, bibliographical, and documentary research is grounded in theoretical frameworks such as Ferreira (2014), Freire (2005), Candido (2004), Nogueira (2006), Leite (2014), Cedraz (2019), and Santos (2019), in

addition to the legal regulations that govern the theme. The study aims to contribute to the valorization of Black identities, the strengthening of students' self-esteem and self-confidence, and the deconstruction of prejudice within the school environment, thereby expanding the horizon of critical reader formation capable of engaging in the construction of a more just and democratic society.

Keywords: Critical Racial Literacy; Antiracist Education; Reader Formation.

Introdução

A educação brasileira, ao longo das últimas décadas, tem sido atravessada por debates fundamentais sobre equidade, diversidade e justiça social. Dentre esses debates, destaca-se a necessidade de repensar as práticas pedagógicas à luz das relações étnico-raciais que estruturam a sociedade brasileira. O ensino de Língua Portuguesa, frequentemente marcado por abordagens tradicionais e eurocêntricas, tem sido desafiado a incorporar perspectivas críticas que colaborem para a compreensão da língua como prática social situada histórica, política e culturalmente (Kleiman, 1995; Street, 2014).

Nesse contexto, o Letramento Racial Crítico emerge como uma proposta teórico-metodológica capaz de articular análises linguísticas com reflexões sobre raça, poder, identidade e representatividade. Sua presença nos cursos de formação de professores de Língua Portuguesa torna-se indispensável para enfrentar desigualdades e promover práticas pedagógicas antirracistas (Gonzalez, 1988; Ribeiro, 2019).

A princípio, apresenta-se inicialmente um panorama conceitual sobre letramento, raça e linguagem, seguido da análise das relações entre práticas pedagógicas e discursos raciais. Em seguida, discute-se o papel da formação docente nesse processo, apontando caminhos para a efetiva implementação de perspectivas críticas no ensino da língua. Por fim, conclui-se ressaltando o potencial transformador do Letramento Racial Crítico para o campo da Linguística Aplicada e para a educação básica brasileira. Ademais, no que diz respeito à pesquisa bibliográfica e documental, foram consultados referenciais teóricos e legislativos, incluindo artigos publicados em periódicos e anais de congressos nacionais e internacionais, enciclopédias, dentre outros, baseados em aportes teóricos relevantes ao tema investigado.

Fundamentação teórica

A pesquisa, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, ancora-se em referenciais teóricos como: Ferreira (2014), Freire (2005), Candido (2004), Nogueira (2006), Leite (2014), Cedraz (2019) e Santos (2019), Quijano (2005); Walsh (2009), Kleiman (2008); Bortoni-Ricardo (2004), Bagno (1999); Munanga (2019). Além das normativas legais que regulamentam a temática.

O Letramento Racial Crítico, inspirado nos estudos críticos da raça, propõe que o ensino da leitura, da escrita e da análise linguística seja atravessado pela problematização das relações étnico-raciais e dos discursos que produzem desigualdade. Assim, ele não se concentra apenas na presença de personagens negros em textos, mas investiga como a linguagem reforça ou contesta hierarquias raciais. Logo, ao considerar que os cursos de formação docente são espaços centrais na construção das identidades profissionais, torna-se urgente que futuros professores compreendam o papel da língua na manutenção e/ ou da ruptura do racismo estrutural.

Desenvolvimento do Tema

Os estudos sobre letramento compreenderam que a leitura e a escrita são práticas sociais vinculadas a relações de poder (Barton; Hamilton, 2000; Street, 1984). A língua deixa de ser vista como estrutura abstrata e neutra e passa a ser entendida como instrumento de disputas culturais e políticas (Kleiman, 2008). Desse modo, ampliar o conceito de letramento significa reconhecer que diferentes grupos sociais têm modos distintos de significar o mundo, e que tais modos são atravessados por desigualdades históricas.

Ao articular essa perspectiva à discussão racial, emergem questões fundamentais a serem trabalhadas, as quais propõem analisar como textos, discursos e práticas linguísticas reproduzem ou contestam o racismo. Assim, o estudo da língua passa a incluir a análise crítica de representações, a compreensão das vozes ausentes e a problematização das ideologias linguísticas que hierarquizam modos de falar e de escrever (Bortoni-Ricardo, 2004).

Importa mencionar que o racismo que predomina na sociedade brasileira é o estrutural. Logo, esta prática não se limita a atos individuais (Delgado; Stefancic, 2017). No campo da educação, esse entendimento implica examinar como currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas naturalizam desigualdades (Ladson-Billings, 1995). Ao ser incorporada aos estudos linguísticos, essa perspectiva permite evidenciar relações entre língua e poder, mostrando que discursos racistas podem estar presentes tanto em textos literários quanto em interações cotidianas, regras escolares e políticas curriculares.

Os cursos de Letras, historicamente, têm sido marcados por um currículo centrado na tradição europeia da língua e da literatura (Souza, 2020). Muitos programas curriculares ainda privilegiam textos canônicos escritos majoritariamente por autores brancos, enquanto produções de escritores negros e indígenas recebem menor atenção (Evaristo, 2016; Oliveira, 2021). Além disso, práticas de análise linguística costumam desconsiderar a diversidade linguística brasileira, perpetuando o mito da norma culta como única forma legítima de expressão (Bagno, 1999).

Nessa perspectiva, tais práticas não são neutras. Não obstante, ao desvalorizar variedades linguísticas associadas a populações negras, reforçam-se ideologias de branqueamento e hierarquizações raciais (Munanga, 2019). Erros gramaticais são frequentemente interpretados como falhas morais, e não como resultados de desigualdades sociais (Bortoni-Ricardo, 2004). Da mesma forma, a ausência de representações negras nos materiais didáticos contribui para a construção de subjetividades desvalorizadas, especialmente entre estudantes negros (Ribeiro, 2019).

A situação agrava-se quando ocorre a separação das disciplinas Literatura e Língua Portuguesa, pois a primeira passa a ser vista como um subcomponente da segunda e, assim, perde prestígio e relevância por parte dos professores, os quais a utilizam, simplesmente, como pretexto para o estudo da gramática (Leitão, 2021). Nas palavras de Guedes (2006, p. 38-39):

[...] A separação das disciplinas literatura e português acabou por confinar a aula de língua portuguesa à gramática, e a aula de literatura passou a tratar da língua só para salientar a independência da língua da literatura com relação ao que se ensina na aula de português. A aula de literatura acabou por dar uma contribuição decisiva para desenvolver os estudos literários e a atividade criativa. Contribuiu também para a estagnação do ensino de português como uma repetição daquilo que sempre se fez.

Quando isso ocorre, a leitura dos textos literários perde a sua função social e adquire características de uma prática obrigatória, pois passa a ser adotada somente para realizar avaliações e responder às questões descontextualizadas dos exercícios propostos em sala de aula. É por isso que muitos alunos, ao concluírem a Educação Básica, ainda apresentam dificuldades para ler e interpretar, afinal, o contato estabelecido com o texto literário durante a sua trajetória escolar não foi para buscar compreendê-lo, mas sim, para repetir o que estava escrito. De acordo com Antunes (2003, p. 19):

Um exame mais cuidadoso de como o estudo da língua acontece, desde o Ensino Fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizada.

O Letramento Racial Crítico, nesse contexto, oferece ferramentas para desmontar tais estruturas. Ele permite que futuros professores analisem criticamente textos que naturalizam estereótipos, identifiquem mecanismos de exclusão simbólica e planejem intervenções pedagógicas que valorizam identidades e práticas linguísticas diversas (Hooks, 2019). Assim, o estudo da língua deixa de ser um exercício puramente técnico para se tornar uma prática ética, política e emancipatória.

Os cursos de Letras têm responsabilidade direta na formação de professores capazes de compreender a complexidade das relações raciais na educação básica. A presença do Letramento Racial Crítico nesses cursos é fundamental para que futuros docentes reconheçam o racismo como fenômeno estrutural que afeta conteúdos, relações pedagógicas, expectativas de aprendizagem e avaliações (Almeida, 2019).

Além disso, o Letramento Racial Crítico permite que professores desenvolvam sensibilidade para acolher experiências de estudantes que sofrem racismo, contribuindo para ambientes educativos mais inclusivos e menos violentos (Ribeiro, 2019). Assim, docentes tornam-se agentes transformadores da realidade escolar. Também é necessário investir na formação continuada dos docentes universitários, pois muitos foram formados em tradições eurocentradas (Walsh, 2009). Desse modo, o Letramento Racial Crítico deve ser eixo permanente de transformação institucional.

No cenário atual, as instituições de ensino brasileiras são compostas por um público diverso. Nesse sentido, a adoção de diferentes gêneros textuais com temáticas que promovam o respeito pelo outro, a ampliação do repertório sobre a diversidade cultural brasileira, a igualdade de direitos, a tolerância e a luta contra qualquer tipo de discriminação torna-se fundamental dentro da sala de aula.

Posto isso, percebe-se a relevância de investimentos na formação de professores, a partir de sua qualificação para a mediação de leitura, afinal é imprescindível que eles saibam o que escolher de textos para que se formem bons leitores tanto dentro quanto fora do contexto escolar, visto que a leitura é tida como um processo e um instrumento colaborador para a interpretação e a compreensão do outro e do mundo. Porto, Silva e Rettenmaier (2015, p. 30) relatam que:

A formação do professor também é condição para que ele saiba o que escolher de leitura para seus alunos. A seleção dos textos a serem lidos, com amplo repertório de gêneros e autores e atenção à produção local (não apenas a clássica e canônica), é um fator relevante para que o aluno possa conhecer diferentes formatos de textos, diferentes linguagens, diferentes arranjos estéticos e assim possa construir o seu próprio cânone.

Percebe-se, com isso, que, como mediador de leitura, o professor deve possuir familiaridade com diversas modalidades de textos para garantir não apenas a diversidade de gêneros literários, mas também o desenvolvimento da compreensão leitora do aluno, de modo que ele passe a dominar a sua própria aprendizagem, conforme seus interesses, emoções, reflexões e criticidade (Martins, 1986).

De acordo com Uchôa (1991, p. 76), leitor é “[...] aquele que, lendo um texto, é capaz de discutir ideias, expor interpretações individuais e partilhar das experiências geradas pela incursão nos textos, em suma, alcançar o adentramento crítico da leitura feita”. Contudo, para a formação desse modelo de leitor, torna-se fundamental repensar os métodos de ensino para promover a interação entre leitor, obra e autor. Para isso, o ensino de literatura precisa buscar privilegiar práticas voltadas para o letramento literário, a fim de promover um engajamento entre as práticas sociais de leitura e escrita, bem como despertar a consciência crítica do educando.

Na concepção de Freire (2003), a leitura deve ser realizada de forma crítica, a fim de compreender a leitura da palavra e a leitura do mundo. Nesse sentido, percebe-se que a escola, como o primeiro local de formação do aluno fora do contexto familiar e comunitário, deve incentivar os educandos, desde cedo, quanto à necessidade de construir o gosto pela leitura, pois, por meio desse instrumento pedagógico, o aluno aprende a pensar de forma crítica e libertadora, bem como começa a promover transformações positivas na sociedade onde vive.

Para o educador, não faz sentido ensinar ao aluno sem levar em consideração sua vivência no mundo, pois antes de conhecer e de ler a palavra, o educando aprende a ler o mundo. Percebe-se, assim, que não cabe uma educação bancária dentro da sala de aula, isto é, por meio de “depósitos” de conteúdos nos corpos “vazios” dos alunos, a partir de um ensino mecanizado, ministrado por aquele que detém o saber, e que passará adiante seus conhecimentos aos educandos, os quais, na sua visão, nada sabem.

O que Freire (2005) defende é uma educação libertadora para os educadores/educandos, por intermédio de uma pedagogia problematizadora e conscientizadora. Todavia, para o autor, o educador/educando apenas será livre a partir da práxis, ou seja, da ação e da reflexão sobre o mundo, além da humanização de si e dos outros. Com a adoção dessa pedagogia, os alunos serão investigadores críticos, reflexivos e criadores, não meros “recipientes dóceis de depósitos” (Freire, 2005, p.80).

Conclusões

O Letramento Racial Crítico representa um avanço significativo para o ensino de Língua Portuguesa e para a formação de professores comprometidos com a justiça social. Ao compreender a língua como prática social impregnada de relações de poder, essa perspectiva permite enfrentar o racismo estrutural que atravessa materiais didáticos, discursos institucionais e práticas pedagógicas (Delgado; Stefancic, 2017; Hooks, 2019). Sua presença nos cursos de Letras é fundamental para que futuros docentes desenvolvam habilidades críticas, sensibilidade ética e consciência histórica, tornando-se capazes de promover ambientes educativos inclusivos e antirracistas.

Mais do que uma proposta metodológica, o Letramento Racial Crítico é um compromisso político com a transformação das relações raciais no Brasil (Gonzalez, 1988; Almeida, 2019). Ao incorporar epistemologias negras, questionar narrativas hegemônicas e valorizar a diversidade linguística, contribui para a construção de uma educação mais democrática e equitativa.

Nessa vertente, sua implementação é não apenas necessária, mas urgente. Logo, o ensino da língua precisa assumir seu papel na luta contra o racismo e na

formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente comprometidos. Ademais, torna-se necessário que as instituições formadoras avancem em direção a práticas verdadeiramente antirracistas em prol de uma educação libertadora.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. 2ª ed. Parábola, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BARTON, David; HAMILTON, Mary. **Local Literacies**. London: Routledge, 2000.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor de língua materna**. São Paulo: Parábola, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Critical Race Theory: An Introduction**. New York: NYU Press, 2017.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.
- FREIRE, PAULO. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico**. São Paulo: Elefante, 2019.
- KLEIMAN, Angela. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- KLEIMAN, Angela. **Letramento e suas implicações**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- LADSON-BILLINGS, Gloria. **Toward a Theory of Culturally Relevant Pedagogy**. American Educational Research Journal, 1995.
- LEITÃO, André Alexandre Padilha. **Fanfictions: experiências na promoção do letramento literário e autoria escolar**. DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada, v. 37 n. 2. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/48198>. Acesso em: nov.2025.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- OLIVEIRA, Rosane Borges. **Escritas negras brasileiras**. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PORTO, Ana; SILVA, Denise; RETTENMAIER, Miguel. **Formação de leitores no Brasil: um processo de vários nós.** Rio Grande do Sul, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala.** São Paulo: Pólen, 2019.

SCHUCMAN, Lia. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo.** São Paulo: Annablume, 2012.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

STREET, Brian. **Literacy in Theory and Practice.** Cambridge: CUP, 1984.

STREET, Brian. **Letramentos sociais.** São Paulo: Parábola, 2014.

UCHÔA, Carlos Eduardo F. **A linguística e o ensino de português.** In: Cadernos de Letras, n. 2. Niterói: UFF/Instituto de Letras, 1991.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade e decolonialidade.** Quito: Abya Yala, 2009.